

(In)visibilidades epistemológicas

Considerações sobre corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em educação profissional

Avelino Aldo de Lima Neto

*Doutor em Educação – UFRN/Université Paul Valéry - Montpellier III
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN e dos
Programas de Pós-Graduação em Educação Profissional (IFRN) e em Educação (UFRN)
ave.neto@hotmail.com*

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti

*Doutora em História – UFPE
Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do PA e do Programa de Mestrado Profissional
em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)-IFPA
natalia.cavalcanti@ifpa.edu.br*

Jacques Gleyse

*Doutor em Ciências da Educação – Université Paris X
Professor emérito da Université de Montpellier/França
Pesquisador do Laboratoire Interdisciplinaire de Recherche
en Didactique, Éducation et Formation (LIRDEF)/EA 3749
jacques.gleyse@orange.fr*

APRESENTAÇÃO

De início, a materialidade do corpo

Num plano fechado, com pouca luz e sombra, a câmera nos coloca na cama, de frente para Elias e ao lado de outro homem, cuja perna está sobre seu peito. Ambos estão seminus, possivelmente saciados de sexo. Após um trago no cigarro, o personagem com o qual nos defrontamos descreve um estranho sonho que teve poucos dias antes. A intimidade toma conta da ambiência, e o anúncio da experiência onírica parece fazer da cama um divã.

Numa praia deserta, a noite era ritmada unicamente pelo som do mar, no qual Elias, jovem adulto por volta dos vinte e cinco anos, entra nu, e começa a nadar. Uma onda de sargaço o devora e toma conta do seu corpo inteiro. Ele não sabia mais onde estava. Como o naufrago da poesia de Zila Mamede, “as algas trançam nos seus dedos sargaços – a mortalha do meu sonho”, que “naufraga, ferido e nu” (MAMEDE, 2013, p. 52). Ao seu redor só havia água e a escuridão. Seguem-se alguns segundos de silêncio, Ele conclui: “Eu tenho uma coisa muito próxima do mar, sabe? Como eu penso muito, às vezes eu preciso descarregar um pouco, sabe? *Desligar* a máquina. O mar era o lugar que eu conseguia fazer isso, assim.”

O silêncio dessa cena, quase marítimo, é cortado bruscamente pelo barulho industrial da outra tomada. Nela, os espectadores somos separados dos personagens por uma divisória de vidro, a qual só conseguimos perceber graças a um sutil reflexo provocado pelo ângulo da câmera. Em nossa frente, um conjunto de mulheres fardadas, de meia-idade, provavelmente numa fábrica, repetem mecanicamente os gestos em suas máquinas de costura, enquanto outra passa o ferro em uma roupa.

Figuras 1 e 2: Corpo-máquina



Fonte: Corpo Elétrico (2017)

Ligar e desligar o corpo: a metáfora do corpo-máquina, ou do homem capaz de mobilizar a sua *energia* para determinados objetos ou interesses, evocada pela película brasileira *Corpo Elétrico* (Marcelo Caetano, 2017) remete-nos a meados do século XVII, quando surgem as primeiras máquinas a vapor e, posteriormente, à descoberta da eletricidade, no século seguinte. Nesse período, La Mettrie publica seu *O homem-máquina* (1748) e a concepção materialista e mecânica do corpo ganha força. Alguns estudiosos se aventurarão, inclusive, a “eletrizar” paralíticos, demonstrando a perturbação da sensibilidade ocorrida na-

quela época e as transformações na imagem corporal, conforme salienta Vigarello (2016, p. 71):

ao provocarem o choque de um indivíduo contra o outro por simples contato a partir de uma descarga elétrica, [esses estudiosos] materializam e visualizam a imagem da corrente no organismo. As referências são transformadas. O universo da rede permanece. Fluidos e comunicações atravessam as carnes. Circuitos e correntes materializam um alerta.

O alerta apontava para o nascimento de uma nova visibilidade do corpo e da epistemologia daí decorrente, tema largamente explorado por Michel Foucault ao investigar o discurso médico no século XVIII. A interioridade do corpo tornar-se-á, paulatinamente, objeto de saber positivo fundado na percepção, provocando uma “reorganização do espaço manifesto e secreto”, permitindo aos médicos descrever aquilo que “durante séculos, permanecera abaixo do limiar do visível e do enunciável” (FOUCAULT, 2014, p. X). Em linhas gerais, “a relação entre o visível e o invisível, necessária a todo saber concreto, mudou de estrutura e fez aparecer sob o olhar e na linguagem o que se encontrava aquém e além de seu domínio” (FOUCAULT, 2014, p. XI). Na história ocidental, essa teria sido a primeira abertura do indivíduo concreto à linguagem da racionalidade (FOUCAULT, 2014, p. XIII).

Após retomar a mecânica cartesiana – e todas as já conhecidas implicações epistemológicas dela oriundas – Gleyse (2018), fazendo uso da arqueologia foucaultiana, nos mostra que, a partir de então, é possível constatar uma certa isotopia discursiva entre autores como Galileu, Watt e Carnot. Borelli e Lavoisier também engrossam essas fileiras: o primeiro por transpor as mecânicas ao corpo humano, e o segundo por aplicar suas teses calóricas ao organismo, especialmente, à respiração. Cem anos depois, Adolf Gustave Hirn identificará o labor e a geração de calor, o que viabilizará, inclusive, a especialização de tarefas no trabalho. Nos séculos seguintes continuaremos a presenciar esse processo de ins-

trumentalização racional do corpo, que adquirirá novos contornos com a Revolução Industrial e com o capitalismo nascente.

Não é à toa que a racionalização do corpo e imagem do homem-energético, tal como postulada por Gleyse, ganha notória força nesse período histórico. Na materialidade do corpo, em sua superfície e em seu interior, marcam-se as exigências de uma outra sociedade. O materialismo de Marx e Engels, em contraposição ao idealismo alemão, participa, ao seu modo, dessa explosão discursiva, já que validam a perspectiva de um *homo faber* ou, mais especificamente, de um *homo oeconomicus*, traçando pela primeira vez, de modo claro, na filosofia ocidental, a indissociabilidade entre o humano e a materialidade do mundo (GLEYSE, 2018). Entra em cena uma outra compreensão da realidade: a concepção materialista da história. Nesta concepção, “é a práxis material, entendida como o conjunto das ações para a produção da existência humana na sua dimensão material (comida, moradia, locomoção, trocas, sexo etc.) que engendra as relações sociais” (DE-SOUSA FILHO, 2017, p. 250).

Se evocamos o filme *Corpo Elétrico* no início da presente reflexão, não é somente pela associação à conhecida metáfora sobre o corpo, mas porque, na materialidade dos corpos na fábrica, pela mecânica a eles impressos, mas também pelas concomitantes resistências deles nascidas, as diversas clivagens sociais aparecem imbricadas. Nesse contexto, não há como não nos reportarmos à transformação epistêmica provocada pelo pensamento marxiano no século XIX, e tampouco às suas releituras e às críticas a eles dirigidas nos cem anos seguintes. Estamos diante de um vasto panorama epistemológico, no qual o corpo e sua realidade polissêmica ocupa lugar privilegiado, o qual não pode ser ignorado ao propormo-nos uma reflexão sobre a produção do conhecimento na Educação Profissional, campo de estudos epistêmica e conceitualmente bastante influenciado pelo materialismo histórico-dialético.

Por um lado, Marx outros autores materialistas foram capazes de diagnosticar a indissociabilidade entre a vida e a sua produção material, denunciando os procedimentos ideológicos de dominação. Por outro,

Michel Foucault acrescentou aos pressupostos marxianos do poder erigido pelos aparelhos de Estado a ideia de um *biopoder*, “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo” devido à disciplina e controle exercidos sobre o corpo vivo com vistas a majorar a produção econômica (FOUCAULT, 1988, p. 153-154). Incluem-se, nesse contexto, as tecnologias anátomo-políticas atuantes sobre a sexualidade, tentando-a regulá-la em distintos domínios: na demografia, na higiene, na educação, redistribuindo a *epistémê* clássica e seu *ethos* (LIMA NETO, 2013). Com Foucault, conhecimento e sexo constituem uma relação fortemente imbricada, com uma “pressão epistemológica [...] saturada de impulso sexual” (SEDGWICK, 2007, p. 29).

Isto posto, resta-nos importante constatar, na obra de Foucault, como apontam filósofas feministas ou estudiosas do gênero (BUTLER, 2012; CHANTER, 2011; FEDERICI, 2017; SPIVAK, 2010), a existência de um eurocentrismo moderno, contradições na sua teoria da sexualidade¹ e em sua compreensão de corpo, bem como uma reflexão mais específica acerca dos modos pelos quais sua ideia de poder acercou-se da mulher, das questões etnicorraciais e das implicações globais do capitalismo na vida do trabalhador pós-industrial. Tal constatação nos interessa, uma vez que é pela articulação entre gênero, sexualidade e trabalho que visamos acessar obliquamente a emergência de uma certa configuração epistemológica na Educação Profissional, à qual, nessa ocasião, nos dirigiremos enquanto campo epistêmico, embora não ignoremos as suas peculiaridades enquanto modalidade de ensino (MEDEIROS NETA, 2016).

Nesse sentido, faz-se mister salientar que as considerações introdutórias a serem aqui esboçadas acerca dos lugares ocupados

¹ Sobre isso, endereçamos o leitor à Butler (2012, p. 144-155), especificamente ao terceiro capítulo (*Atos corporais subversivos*), quando a autora critica a teoria foucaultiana exposta em *A Vontade de Saber* levando em conta outro trabalho contemporâneo do próprio Foucault, a saber, os diários de Herculine Barbin, pessoa intersexual francesa que viveu no século XIX.

ou não pelas categorias *corpo*, gênero e *sexualidade* na produção do conhecimento na Educação Profissional soma-se a um debate epistemológico já bem sedimentado nos estudos feministas e LGBTI+. Nesses domínios, já é de praxe investigar as interfaces entre a cientificidade e os complexos processos de generificação e de produção e sustento da heteronormatividade, inclusive nas relações efetivadas com o campo do trabalho. Numerosas teóricas feministas, desde meados do século XX, questionaram o lugar do corpo e de suas marcas na epistemologia (BUTLER, 2012; CHANTER, 2011; SPIVAK, 2010). Devido ao fato de a Educação Profissional ter como fundamentação teórico-metodológica, de modo mais marcante, o materialismo histórico-dialético (CIAVATTA, 2016a; 2016b; FRIGOTTO, 2016; RAMOS, 2013), o debate a que nos propomos reveste-se de uma peculiaridade, uma vez que remonta às já também estabelecidas articulações entre as filosofias marxista e feminista, igualmente trazidas à tona por variadas autoras nas últimas décadas, na ênfase da relação entre as categorias supracitadas, o mundo do trabalho e o materialismo (FALQUET; HIRATA; KERGOAT ET AL, 2010; HARAWAY, 2004; 2009; HIRATA, 2002; 2007; WOOD, 2011; WOOD; FOSTER, 1997).

Nesse sentido, entende-se a relevância de sublinhar os modos como a Educação Profissional e Tecnológica trata essas questões na dialética entre a epistemologia e o cotidiano escolar. Isso exigirá um esforço singular: por um lado, ao colocarmo-nos à esteira daqueles que já assumiram a tarefa de delinear um cenário epistemológico da Educação Profissional (CIAVATTA, 2016b; KUNZER; GRABOWSKI, 2016; MEDEIROS NETA, 2016; MOURA; LIMA FILHO; RIBEIRO, 2015), temos acesso a uma significativa reflexão epistemológica que funda as bases dessa modalidade educativa, sobretudo nos últimos dez anos. Por outro lado, o cruzamento com categorias aparentemente alheias à essa produção – ou, ao menos, não habitualmente escrutinadas – demanda um esforço extra do ponto de vista conceitual e metodológico, a fim de aproximarmo-nos de determinadas dimensões da realidade que escaparam ou que não foram circunscritas pelos pesquisadores da área.

Não se trata, nessa ocasião, de fazer uma análise abrangente de toda a produção científica que traga à tona as questões de gênero e sexualidade na Educação Profissional. Objetivamos apenas apontar, nos últimos dez anos, os modos como tais questões têm vindo à tona e, posteriormente, as implicações disso no domínio epistêmico em tela.

O cenário e as lacunas

A história da educação brasileira é marcada pela presença da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Trata-se de uma modalidade de educação que, de modo geral, compreende o trabalho como princípio educativo (GRAMSCI, 1981) em duas frentes que se alimentam mutuamente, como ressalta Ciavatta: uma dimensão *técnica e tecnológica* e outra *política*. Isso significa que tal princípio elege tanto a “educação pelo trabalho na sua negatividade, enquanto submissão e expropriação do trabalho” quanto “na sua positividade, enquanto espaço de conhecimento, de luta e de transformação das mesmas condições” (CIAVATTA, 2016b, p. 44).

A EPT tem estado presente na Rede Federal desde as escolas de aprendizes artífices, no início do século XX, aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela lei nº 11.892, de 2008, bem como em instituições estaduais, municipais e privadas. Principalmente no âmbito da Rede Federal, tem-se buscado fortalecer a oferta de uma formação integral associada à produção de um conhecimento por meio do qual o sujeito põe-se em travessia rumo à emancipação e é engajado a colaborar com o processo de transformação social².

Num primeiro momento, profissionalizando as mulheres, as instituições de EPT relacionaram-se diretamente à divisão sexual do trabalho: de um lado, a necessidade de reconfigurar as responsabilidades no espaço doméstico; de outro, a inserção laboral em universos técnicos outrora predominantemente masculinos. Perturbou-se,

² Agradecemos ao pesquisador Víctor Varela F. M. de Oliveira pela discussão em torno da configuração histórica e administrativa da EPT no Brasil.

assim, a ordem sexual naturalizada. Agora as tensões tomam novos contornos, com a crescente visibilidade de pessoas LGBTI+ na sociedade e nessa modalidade educativa. Violências como o assédio moral e sexual, insultos e injúrias, a invisibilização de suas presenças, a repatologização das homossexualidades, a misoginia, o machismo, a LGBTfobia geram não somente sofrimento psíquico, mas são ataques diretos à cidadania dos sujeitos em questão.

As instituições em xeque, por meio dos contextos de sala de aula entre professores e alunos, dos setores Pedagógico, de Assistência Estudantil e de Psicologia, têm lidado com demandas provenientes desse cenário, como constata Primo (2018), em recente pesquisa de mestrado realizada com jovens estudantes de um campus do IFRN. Não raro, as práticas de violência supracitadas conduzem a situações e comportamentos de risco entre adolescentes e jovens adultos, tais como a automutilação, o uso de álcool e outras drogas, distúrbios alimentares e mesmo o suicídio. Tal realidade nos remete aos objetivos do Pacto Nacional Universitário Pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos, recentemente celebrado entre o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça e da Cidadania. Com base na legislação nacional e em acordos internacionais, materializados nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012), o governo federal convida as Instituições de Ensino Superior (IES) – dentre elas, os Institutos Federais (IFs) – a aderirem ao pacto e a promoverem a cultura de direitos humanos em seu cotidiano.

Concomitantemente, presenciamos um avanço reacionário em campos políticos decisivos do Estado democrático, como as casas legislativas. A expressão “ideologia de gênero” (“teoria de gênero”, na França), monstruosidade conceitual nascida no seio de grupos religiosos, tem funcionado como um dispositivo acionador do pânico moral (JUNQUEIRA, 2017). Recorrendo à retórica da “defesa da família”, acusando educadores comprometidos com o conhecimento científico e com os direitos humanos de “doutrinação”, agentes reacionários reunidos em torno de projetos como o *Escola sem Partido* visam, na verdade,

não somente coibir o pensamento livre e crítico, mas perpetuar a subordinação das mulheres e o apagamento dos desejos não-heterossexuais, protegendo as suas posições de dominação social, política e econômica, atravessadas, evidentemente, pelas categorias de classe, de gênero e de sexualidade (PENNA, 2017; SOUZA; OLIVEIRA, 2017). A formação crítica para o trabalho, vivenciada na EPT, ameaça a ordem ideológica vigente, pois desmascara essas estruturas e estratégias de sujeição. Não obstante, esse aparelho retórico tem se infiltrado no currículo integrado³ de múltiplos modos: falas, omissões, silenciamentos, manifestações de servidores nos órgãos colegiados. Ameaça-se, assim, a efetivação de uma cidadania plena para mulheres e pessoas LGBTI+.

Face a este cenário socio-histórico e político desafiador, constatamos, por outro lado, no contexto da produção científica da Educação Profissional, compreendida tanto como modalidade educativa quanto como campo epistemológico (MEDEIROS NETA, 2016), o seguinte problema: uma lacuna concernente às questões de gênero e sexualidade, dimensões inseparáveis do caráter corporal da existência humana (MERLEAU-PONTY, 2011). Tal constatação problemática se deu através de consulta a quatro importantes fontes no domínio epistêmico em tela: os anais das três últimas edições do Colóquio Nacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional”⁴; as dissertações defendidas até agora no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN); os artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES e,

³ O currículo integrado, enquanto dispositivo epistemológico organizador dos saberes, busca abranger a completude da existência. As dimensões ética, estética, profissional, intelectual, afetiva da vida humana são organizadas de modo a estabelecerem comunicação constante entre si. O currículo integrado, assim, compreende o trabalho como princípio educativo e propõe uma dissolução das dicotomias entre ação e reflexão, trabalho e intelecto, buscando formar trabalhadores críticos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 20).

⁴ A primeira edição do evento não publicou os anais.

por fim, os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 09 da ANPED (Trabalho e Educação)⁵.

Na segunda edição do colóquio, realizada no ano de 2013, foram publicados 71 trabalhos. Destes, apenas dois discutiram sobre temáticas de gênero, o que representa 2,8% do total (Cf. ALVES; AMÂNCIO, 2013; LEMOS, 2013). Na edição de 2015, de um total de 104 trabalhos, novamente dois – isto é, 1,9% – abordaram temáticas relacionadas às questões de gênero (Cf. ROCHA; SILVA, 2015; SOUZA; REGO, 2015), e destes dois, um tocou na temática da sexualidade, ou seja, 0,9% (Cf. SOUZA; REGO, 2015). No colóquio de 2017 nenhum trabalho mencionou as palavras “gênero” e/ou “sexualidade”.

Investigamos as 52 dissertações defendidas, de 2013 a 2018, no PPGEP/IFRN, utilizando o mecanismo de busca do *Acrobat Reader* e digitando, na caixa de pesquisa, os termos “gênero” e “sexualidade”. Nas dissertações defendidas no ano de 2015, alguns autores fazem referência às questões em xeque, seja apenas indicando que elas habitam o cotidiano da Educação Profissional, seja aludindo à sua relevância na caracterização dos sujeitos de programas como o PROEJA⁶ e o PRONATEC⁷ (CUNHA; 2015; SILVA, 2015; UCHOA, 2015). Costa e Silva (2015) reporta-se à formação dos engenheiros que assumem a docência enquanto profissão, e sublinha o fato de haver bem menos mulheres que homens nas fileiras da Engenharia.

Em 2016, houve uma menção às discussões de gênero no contexto da Educação Profissional em Saúde (CAVALCANTI, 2016), e uma dissertação atestou a presença de mais mulheres na Educação Profissional (SILVA, 2016). Outro autor aponta o aparecimento das questões de

⁵ Tradicionalmente, o GT 09 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação concentra a discussão em torno das categorias epistemológicas centrais do campo da Educação Profissional

⁶ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

⁷ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

gênero e sexualidade no contexto da formação política dos estudantes do Ensino Médio Integrado (MAGALHÃES, 2016), mas não estava no escopo de sua dissertação explorá-las.

A única dissertação diretamente voltada ao tema em xeque é a que, investigando as políticas públicas na Educação Profissional, deteve-se sobre o Programa Mulheres Mil, diretamente relacionado à ampliação dos direitos das mulheres, tendo a educação e o trabalho como importantes dimensões da construção da cidadania (ROCHA, 2017). Das 12 dissertações defendidas até agora, no ano de 2018, apenas uma alude à diversidade sexual e gênero, ao situá-las como temas discutidos nas Reuniões Pedagógicas. Em sua pesquisa, o autor afirma que, numa determinada reunião pedagógica, “houve o relato de uma pessoa vítima de homofobia, a qual narrou as dificuldades vividas no seio familiar e escolar” (SILVA, 2018, p. 147), reafirmando dados apresentados pela pesquisa de Primo (2018). As outras dissertações deste ano não fazem menção à temática.

O Portal de Periódicos da CAPES foi a terceira fonte consultada. Acessou-se a “pesquisa avançada”, levando em conta o recorte temporal de 2008 a 2018. Tal escolha deve-se ao fato de, no ano de 2008, ter sido fundada pela Lei n. 11.892 a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme já mencionamos precedentemente. Foram feitas duas buscas: a primeira empregava os termos “educação profissional” e “gênero”, no recorte temporal de 2008 a 2018, originando 102 artigos; refinando a pesquisa para os campos “Education” e “Adult Education”, chegamos a 11 resultados, dos quais nenhum articula as duas categorias num mesmo texto. Na segunda pesquisa, com o mesmo recorte temporal, utilizamos os termos “educação profissional” e “sexualidade”, indicando a existência de 14 artigos. Nenhum dentre estes, similarmente, apresenta reflexão que articule ambos os termos pesquisados.

Como quarta fonte, recorreremos aos trabalhos apresentados no GT 09 da ANPED, de 2008 a 2017. Ao expor o percurso do GT entre 1996 e 2007, Trein e Ciavatta (2009, p. 23) já afirmavam que, nesse período, “em termos de maior número de trabalhos, estavam os estudos

sobre a relação trabalho e educação e seus pressupostos teórico-metodológicos. [...] Aparecem também outras temáticas às quais poucos têm se *dedicado no GT*, tais como: trabalho infantil, trabalho, *gênero* e etnia, tele-educação” (grifo nosso). Em momento algum do texto as autoras fazem alusão à sexualidade como tema nos estudos do GT. Embora o artigo preceda o recorte temporal proposto na presente pesquisa, ele aponta para essa ausência que é anterior à fundação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e que se confirma após a sua fundação, conforme mostrou a nossa pesquisa nos Anais das Reuniões Nacionais da ANPED⁸.

Dos 13 trabalhos expostos em 2008, e dos 12 apresentados em 2009, nenhum enveredou-se sobre a categoria do gênero. Cavalcanti e Medeiros Neta (2016, p. 258) apontam uma retomada dessa discussão na 33ª reunião (2010),

por meio dos estudos de Gariglio (2010) com a análise das conexões existentes entre as práticas curriculares de escolas profissionalizantes e a reprodução das desigualdades existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho e dos apontamentos decorrentes de Costa (2010) sobre realidade que vivem as trabalhadoras-alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em que, pela condição de gênero, visualiza-se mais uma marca de contradição dessa sociedade.

Em 2011 (17 trabalhos), 2012 (13 trabalhos) e 2013 (14 trabalhos), novamente, os temas não aparecem. Em 2015 há apenas uma pesquisa⁹ e, por fim, em 2017 há o trabalho encomendado “Gênero, patriarcado,

⁸ Os anais estão disponíveis em <http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>.

⁹ “No momento não estou trabalhando: anseios das estudantes do programa Mulheres Mil no IFSUL- Câmpus Sapiranga/RS”, da autoria de Gisele Lopes Heckler (UNISINOS).

trabalho e classe”, da autoria de Helena Hirata, e outra comunicação oral¹⁰. Se a inexpressividade numérica das pesquisas que articulam trabalho e gênero impressiona, é ainda mais significativo o fato de no recorte de 2008 a 2017 nenhum trabalho sequer aludir à sexualidade ou à orientação sexual, reforçando ainda mais a existência da lacuna por nós apontada.

Por fim, faz-se mister ressaltar que o Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizou a *Pesquisa de Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar* (MEC, 2008). A investigação abordou, dentre outros temas relativos à discriminação, o gênero e a orientação sexual. Todavia, a pesquisa, aplicada em 500 escolas públicas do país, não incluiu as instituições de EPT. Até o presente momento, os microdados do INEP não disponibilizam nenhuma investigação semelhante.

Primeiros olhares, entre Brasil e França

Pelo exposto, a pertinência do presente dossiê justifica-se em duas grandes dimensões: a epistemológica e a subjetiva. Na primeira, a iniciativa apresenta-se pertinente por abrir um novo eixo de pesquisa – ou ao menos um eixo pouquíssimo explorado – no domínio da Educação Profissional, dilatando esse campo epistemológico para outras dimensões do fenômeno educativo, em profundo vínculo com a rica produção atualmente existente, centrada sobretudo nas relações entre educação, capital e trabalho. Na segunda dimensão, em absoluta associação com a primeira, o dossiê revela-se importante por dar voz a sujeitos cujas existências e direitos encontram-se ameaçados, e cujas demandas, angústias e narrativas são inexpressivamente estudadas na atual produção acadêmica da Educação Profissional, conforme nos indica o breve estado da arte posto em tela.

¹⁰ “Trabalho e educação nas prisões: a efetividade das práticas formativas para as mulheres privadas de liberdade Yara Elizabeth Alvez – UFMG”, da autoria de Fernando Selmar Rocha Fidalgo (UFMG).

Os sete textos aqui reunidos não esgotam, obviamente, a miríade de problemáticas vividas nos contextos educativos profissionalizantes, seja no Brasil, seja na França. Os esforços aqui empreendidos constituem-se numa primeira tentativa coletiva de esboçar um cenário do fenômeno, visando abrir caminhos para a sua compreensão. Várias/os pesquisadoras/es de instituições de ensino superior francesas e brasileiras, de programas de pós-graduação em Educação e em Educação Profissional, contribuíram com manuscritos provenientes de pesquisas concluídas ou em andamento. Neles, nota-se que a produção do conhecimento em EPT começa a despertar para a relevância pedagógica, emancipatória e subjetiva dos problemas investigados nesta ocasião, conforme podemos entrever nas sínteses que expomos abaixo.

No artigo intitulado *Estereótipos e preconceitos de gênero na Educação Profissional francesa: clarificação de conceitos e análise da documentação existente*, Jacques Gleyse, da Universidade de Montpellier/França, esclarece o que se entende por estereótipos e preconceitos de gênero e fornece algumas pistas sobre representações de masculinidade e de feminilidade no domínio das formações profissionais francesas. A retomada da fundamentação socioantropológica acerca da categoria do gênero, bem como a utilização desta última enquanto índice analítico da eficácia do ensino-aprendizagem faz-nos notar a proximidade entre Brasil e França no que concerne a essa temática. Essa intuição é ratificada no texto *Diferenças e (des)igualdades: atitudes e professores/as face à diversidade de gênero nos liceus profissionais “masculinos” na França*, da autoria de Julie Thomas, professora da Universidade Jean Monnet/França. Nele, a pesquisadora examina a maneira pela qual as meninas, numericamente minoritárias nos cursos ditos “masculinos” (tecnológicos e profissionais) dos liceus profissionais franceses, percebem as atitudes de seus professores em relação a grupos e/ou classes mistos. Nos relatos coletados em sua pesquisa etnográfica, Julie Thomas aponta como as estratégias discursivas adotadas pelos professores atingem as meninas, reproduzindo os estereótipos e preconceitos de gênero esclarecidos anteriormente por Jacques Gleyse.

No artigo *Festival Bixa (R)Existe: protagonismo juvenil, políticas do corpo e sexualidades no contexto da Educação Profissional e Tecnologia*, a historiadora Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti (IFPA), fornece-nos um relato analítico do movimento organizado por estudantes LGBTI+ do Instituto Federal do Pará. As demandas juvenis e as suas narrativas são apreciadas a partir de fotografias feitas por ocasião do Festival Bixa (R)Existe, no contexto da efervescência das ocupações estudantis de 2016. Nesta mesma ambiência, as pautas identitárias somaram-se ao enfrentamento dos desafios da profissionalização dos sujeitos LGBTI+, lembrando à instituição a sua missão da formação humana integral, própria da EPT. No mesmo contexto institucional do IFPA, a professora e antropóloga Kirla Korina dos Santos Anderson explora as experimentações afetivas juvenis no que concerne aos gêneros e às sexualidades, no manuscrito nomeado *Nada contra, estou experimentando: reflexões sobre gênero, sexualidade e juventude em Tucuruí/PA*. Recorrendo a dados coletados entre 2016 e 2017 por meio de questionários e conversas informais, a sua análise revela situações de reprodução de hierarquias e não-aceitação do outro, suscitando a reflexão do lugar da diversidade na sociedade contemporânea e na EPT.

Já o texto de Maria do Carmo Conopca (IFES), Maria José de Resende Ferreira (IFES) e Octavio Cavalari Junior (IFES), intitulado *O nome social como fator de inclusão de estudantes transexuais e travestis na EPT: demandas e problemáticas da identidade de gênero no IFES*, debruça-se sobre uma demanda específica dos/as estudantes travestis e transgêneros nas instituições de EPT: o uso do nome social. Analisando a documentação existente e os meandros dos trâmites institucionais que levaram essa demanda à apreciação do Conselho Superior do Instituto Federal do Espírito Santo, os/as autores/as mostram como o que está em jogo é a mutilação da cidadania dos sujeitos transexuais, o que entra em confronto direto com o projeto político-pedagógico da EPT.

Numa abordagem histórica, os dois últimos textos do dossiê nos fornecem elementos para pensar as bases epistemológicas e pedagógicas da Educação Profissional, especificamente no que concerne a dois

grupos de sujeitos extremamente importantes nesse âmbito: alunos e professores. Wigna Eriony Aparecida de Moraes Lustosa (IFRN), Nina Maria da Guia de Sousa Silva (IFRN) e Olivia Moraes de Medeiros Neta (UFRN/IFRN), em *Corpo, disciplina e poder na Escola Industrial de Natal (1942-1968)*, inspiradas nas análises foucaultianas presentes em *Vigiar e Punir* sobre o controle do tempo, a docilização dos corpos e a subjetivação, apresentam as maneiras através das quais algumas práticas do cotidiano escolar, tais como o esporte, o canto orfeônico, os desfiles cívicos e a formação do Corpo de Vigilantes, marcaram a história da Educação Profissional em Natal/RN. Os depoimentos de ex-alunos e o conjunto de fotografias apreciadas atestam a instalação de um poder disciplinar que, ao reprimir, produzia sujeitos. Por fim, Francinaide de Lima Silva Nascimento (IFRN) e Maria Arisnete Câmara de Moraes (UFRN), em *Representações da docência feminina no início do século XX*, detêm-se sobre o processo de profissionalização das mulheres para o exercício da docência, em Natal e em Lisboa. Num estilo que se aproxima de um ensaio historiográfico, com riqueza e detalhe de fontes e de dados, as autoras delineiam as nuances da formação docente para as mulheres, muitas das quais vieram assumir o magistério nas instituições de Educação Profissional então existentes.

A heterogeneidade das abordagens teóricas, das metodologias e dos estilos de escrita e de pensamento fazem desse dossiê uma primeira e ousada tentativa de reunir pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica, no Brasil e na França, em torno das temáticas do corpo, do gênero e da sexualidade, em suas articulações com o mundo do trabalho e da educação. Espera-se, aqui, dar visibilidade às questões em xeque. Para tanto, é urgente abrir outros espaços epistemológicos, tensionar e torcer categorias rígidas, não desviando os olhos da materialidade histórica em suas múltiplas manifestações. Reafirmamos, assim, a atualidade do trabalho como princípio educativo e, por isso, transformador da realidade social e subjetiva, em sua incessante e complexa dialética.

Retomando a noção de História em Marx, Merleau-Ponty (2011, p. 17) nos lembra que “nós não devemos ocupar-nos nem da sua ‘ca-

beça, nem de seus ‘pés’, mas de seu corpo”. Atravessado pelas diversas dimensões da vida humana, este *corpo da história* se mostra não apenas enquanto “superfície de inscrição dos acontecimentos” (FOUCAULT, 1979, p. 22), mas como condição de possibilidade para a compreensão dos sentidos da economia, da política, da educação. É como um ensaio desta tarefa sem desenlace previsto que o presente dossiê deve ser lido.

Natal, Belém e Montpellier, novembro de 2018

Referências

ALVES, Sandra Cristina Santos; AMÂNCIO, Ionara da Nóbrega. A inclusão produtiva de mulheres e suas percepções sobre seu papel na sociedade contemporânea. **Anais do II Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**. Natal: IFRN, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAVALCANTI, Vanessa O. de Macêdo; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de Medeiros Neta. Trabalho e educação e a produção científica a partir dos anais da ANPED (2008 a 2013). In: VALE, Andréa Araújo do Vale; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento (orgs.). **Políticas para educação superior e profissional no Brasil: cenários e desafios**. Natal: IFRN, 2016.

_____. **A produção do conhecimento sobre Educação Profissional no Portal de Periódicos da CAPES: a configuração do campo científico**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2016. 112 p.

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Trad. Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CIAVATTA, Maria. A historicidade da pesquisa em educação: desafios teórico-metodológicos em trabalho e educação. In: MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016a. _____. A produção do

conhecimento sobre a configuração do campo da Educação Profissional e Tecnológica. **Holos (Natal)**, Ano 32, Vol. 6, 2016b, p. 33-49.

CORPO ELÉTRICO. Direção: Marcelo Caetano. Vitrine Filmes, 2017. Disponível no Youtube (94 min), color.

COSTA E SILVA, Sílvia Helena dos Santos. **Quando engenheiros tornam-se professores: trajetórias formativas de docentes do curso de Engenharia Elétrica (IFPB/João Pessoa)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2015. 161 p.

CUNHA, Ana Lúcia Braga Melo. **O programa Tec Nep e sua implementação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: ressonância acadêmicas, limites e desafios**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2015. 178 p.

DESOUSA FILHO, Alípio. **Tudo é construído! Tudo é revogável!**: A teoria construcionista crítica nas ciências humanas. São Paulo: Cortez, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle et al (orgs.). **Le sexe de la mondialisation: genre, classe, race et la nouvelle division du travail**. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Dimensões teórico-metodológicas da produção do conhecimento em Educação Profissional. In: MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016.

_____; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GLEYSE, Jacques. **A Instrumentalização do Corpo**: uma arqueologia da racionalização instrumental do corpo, da Idade Clássica à Época Hipermoderna. Trad. Avelino Aldo de Lima Neto, Cláudia Emília Aguiar Moraes e Fábio Luís Santos Teixeira. São Paulo: Liber Ars, 2018.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, (22), 2004, pp. 201-246.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: _____. SILVA, Tomaz Tadeu; KUNZRU, Hari. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e para a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Ed. SENAC, 2007.

KUNZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime da acumulação flexível. **Holos** (Dossiê *A produção do conhecimento em Educação Profissional: Plano Nacional de Educação*), ano 32, v. 6, p. 22-32, 2016.

LEMONS, Neli. Mulheres em vulnerabilidade social: a educação e a (re) inclusão na sociedade, recortes do Programa Mulheres Mil. **Anais do II Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**. Natal: IFRN, 2013.

LIMA NETO, Avelino Aldo. **Prazer com razão**: análise e crítica da ética sexual kantiana. Natal: Editora do IFRN, 2013.

MAGALHÃES, Ricardo Rodrigues. **A formação política dos estudantes do Ensino Médio Integrado no IFRN-CNAT**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2016. 157 p.

MAMEDE, Zila. Soneto do sonho naufrago. In: _____. **Rosa de Pedra = The Stone Rose**. Trad. Alexandre Alves. Mossoró: Queima-Bucha, 2013.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais. A configuração do campo da Educação Profissional no Brasil. **Holos** (Dossiê *A produção do conhecimento em Educação Profissional: Plano Nacional de Educação*), ano 32, v. 6, p. 50-55, 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016.

_____; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, p. 1057-1080, 2015.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem partido”**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. Trabalho e educação: implicações para a produção do conhecimento em Educação Profissional. In: MOURA, Dante Henrique (org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em Educação Profissional**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

ROCHA, Rita de Cassia; SILVA, Lenina Lopes Soares. Reflexões iniciais sobre políticas públicas de Educação Profissional e gênero no Brasil do século XXI. **Anais do III Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**. Natal: IFRN, 2015.

_____. **O Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das políticas públicas de Educação Profissional no Brasil**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2017. 179 p.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, (28), janeiro-junho de 2007, p. 19-54.

SILVA, Cibelle Dutra da. **Implementação das políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio expressa na Escola Técnica**

Estadual Cícero Dias – Recife/PE (2010-2014). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2015. 169 p.

SILVA, Maria do Socorro. **Políticas para a formação de professores no Brasil**: em busca de indícios de sua articulação com a Educação Profissional. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2016. 166 p.

SILVA, Rafael Moreira da. **A reunião pedagógica como espaço-tempo de formação continuada de professores do IFRN-Campus Nova Cruz (2014-2016)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2018. 219 p.

SOUZA, Luiz Aparecido Alves; REGO, Joelson Xavier. O conceito de diversidade para a pedagogia histórico-crítica: elementos para pensar a formação de professores. **Anais do III Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**. Natal: IFRN, 2015.

SOUZA, Rafael de Freitas; OLIVEIRA, Tiago Fávero. A *doxa* e o *logos* na educação: o avanço do irracionalismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem partido”**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. A historicidade do percurso do GT trabalho e educação: uma análise para debate. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 15-49, 2009.

UCHÔA, Antônio Marcos da Conceição. **O PROEJA como inquilino**: impactos preliminares do processo de implementação do programa no IF Sertão/PE – Campus Petrolina, 2006-2013. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2015. 159 p.

VIGARELLO, Georges. **O sentimento de si**: história da percepção do corpo. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; FOSTER, John Bellamy (orgs.). **In defense of history**: marxism and the postmodern agenda. New York: Monthly Review Press, 1997.